

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 7 de abril de 2000

Ano 2 Nº 21

CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado inicia depoimentos

A CPI iniciou na manhã de ontem os primeiros depoimentos. Tendo na presidência o deputado João Henrique Blasi (PMDB) e na relatoria Adelor Vieira (PFL), foram ouvidos o secretário da Segurança Pública, Antenor Chinatto, e o superintendente adjunto da Polícia Federal, delegado Roberto Schweitzer, que prestaram esclarecimentos sobre as ações relativas à repressão ao narcotráfico e o crime organizado em Santa Catarina.

Chinatto revelou dados de apreensões de drogas e prisões efetuadas durante o ano de 1999, afirmando que nada de concreto comprova a existência de refinarias de cocaína no Estado, mas lembrou que um traficante foi preso em Biguaçu com material que poderia ser utilizado para tal fim, que poderá haver algum aereo-

porto clandestino utilizado por traficantes, além de portos catarinenses estarem sendo usados para o tráfico de drogas para outros estados ou países.

Schweitzer afirmou que a cocaína chega a Santa Catarina por aviões, caminhões, ônibus e veículos particulares. Já a maconha é proveniente do Paraguai. Esclareceu ainda que até o momento não houve relação entre roubo de cargas ou caminhões com o narcotráfico.

Brasília - Na noite de ontem viajaram para Brasília os deputados Adelor Vieira (PFL), relator, e Jaime Mantelli (PDT), relator-adjunto, para buscar informações captadas pelo Disque-denúncia da CPI nacional. Na próxima terça-feira (11) Blasi e o deputado Pedro Uczai (PT) vão em busca de outros documentos da mesma comissão.



(foto Jonas Lemos Campos)

Secretário de Segurança Pública comparece à CPI

Rio Grande do Sul - Os deputados Francisco Appio (PPB), relator, e Elmar Schneider (PMDB), presidente, membros da CPI de Combate ao Crime Organizado, estiveram nesta quinta-feira na Assembléia para trocar informações com os parla-

mentares da comissão catarinense. Falaram da ajuda recíproca para atacar o desmanche de veículos.

Participam também da CPI os deputados Nelson Goetten (PPB), Jorginho Mello (PSDB), João Rosa (PTB) e Jaime Duarte (PPS).

Investigação do BESC tem prazo sustado

O relatório preliminar da CPI do BESC, que seria apreciado ainda no início do mês de março, não foi votado na comissão, porque o relator Ronaldo Benedet (PMDB) se recusou a apresentar o documento, argumentando que o mesmo se encontrava incompleto, uma vez que faltam dados referentes ao balancete de 1998.

O presidente da comissão, Onofre Agostini (PFL), decidiu então encaminhar ao presi-

dente da Assembléia, Gilmar Knaesel (PPB), requerimento do deputado Jaime Mantelli (PDT) solicitando a sustação do trâmite do processo resultante dos trabalhos da CPI/BESC por um prazo de 3 meses, com a conseqüente interrupção da contagem dos prazos, até que o Banco Central publique o referido balanço financeiro e patrimonial. O mesmo deve ir ao conhecimento público em maio, antes da conclusão do

processo de federalização do banco pelo governo federal. Somente após esta data é que a comissão voltará a se reunir novamente.

Ao mesmo tempo foram designados os parlamentares Ideli Salvatti (PT) e Reno Caramori (PPB) para realizar uma diligência no banco e obter informações sobre o balanço ainda não publicado. Este documento, segundo a deputada, é essencial para que o relator conclua seu trabalho.

Privatização de estradas discutida na AL
Página 4

Ceron e Blasi assumem cadeiras no parlamento
Página 6

Deputados derrubam vários vetos governamentais
Página 7

OPINIÃO

Parlasul concretiza metas e ganha força



Instituído em 1993 para promover a união dos poderes legislativos dos estados do sul do Brasil e Mato Grosso do Sul em torno de seus interesses em comum, o Parlasul - Parlamento do Sul, inicia o ano 2000 com sua representatividade e credibilidade fortalecidas e colhendo frutos dos trabalhos iniciados no primeiro ano desta legislatura. O Parlasul revelou-se na prática a ampliação das fronteiras político-econômicas e culturais de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul, buscando o fortalecimento de seus estados integrantes, proporcionando a estes a luta pela igualdade de direitos com as demais regiões do país, independente de tradicionais preferências dentro de nossa federação.

Como presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em constante contato com os demais legislativos atuantes no Parlasul, estou convicto da necessidade de promover, através da cooperação, o desenvolvimento regional integrado. O resultado será a potencialização das ações em torno de questões de interesse comum e a definição de programas e projetos prioritários, não só para o sul do Brasil, mas para todo Conesul.

Visando a exteriorização dos trabalhos do Parlasul, o parlamento convidou a participar de seus encontros o Crecenea, que reúne através de um fórum as assembleias legislativa e senados das seis províncias do litoral argentino: Missões, Formosa, Chaco, Corrientes, Entre Rios e Santa Fé. O convite do Parlasul foi prontamente aceito pelos legisladores do Crecenea, denotando a credibilidade já conquistada pelo parlamento. As duas entidades entendem que suas similaridades nos campos econômico, cultural, político, social, da proximidade geográfica e da antecedência histórica são fortes fatores para a consolidação de uma sólida parceria dentro do Mercosul, a ser com certeza ampliada no futuro com a inserção de demais países vizinhos.

Inserindo o Estado no contexto de bloco político-econômico, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina reiniciou suas atividades implantando a Comissão Permanente para Assuntos do Mercosul, em mais uma demonstração de abertura e determinação de unir esforços pelo fortalecimento de todo Conesul. A instalação da comissão enfatiza a crença de seus incentivadores e participantes no sucesso do Mercosul, tanto no incentivo ao desenvolvimento dos países que o integram, quanto na sua representatividade perante os demais blocos econômicos do atual mundo globalizado.

Deputado Gilmar Knaesel (PPB)

A Bancada do PT e o compromisso com os catarinenses



O trabalho dos parlamentares catarinenses, este ano, vai ser pautado por alguns desafios em função da difícil conjuntura política e econômica que vivemos no País e, principalmente, de respostas urgentes que têm que ser dadas à população. A atuação parlamentar tem que ser de acordo com a realidade, que exige seriedade e resgate da credibilidade dos políticos junto à população. Nesse sentido, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, a qual tenho a honra de liderar este ano, tem um papel fundamental, já que temos o compromisso histórico de defender os interesses da classe trabalhadora. Nossa atuação deve ser firme para contribuir com a diminuição da exclusão social.

Com uma bancada atuante na Assembléia, composta de cinco deputados, continuaremos com a fiscalização efetiva dos atos do Poder Executivo e desenvolvendo todos os esforços para evitar a entrega do patrimônio do Estado à iniciativa privada. Esse é o caso, por exemplo, da atuação dos petistas, no ano passado, durante o processo de federalização do Besc. Também temos como meta, este ano, um trabalho intenso na área da saúde, insistindo para que o Governo do Estado assuma a responsabilidade de definir políticas públicas que atenda a

população em suas necessidades mínimas. Já tivemos projeto de lei aprovado - com elogios inclusive da ONU - que prevê política de prevenção e combate a doenças sexualmente transmissíveis e o Governo vetou.

Na área de Educação também o PT continuará a desenvolver um trabalho contundente e uma das preocupações é fiscalizar a distribuição de verbas para as fundações educacionais destinadas a bolsas de estudos para alunos carentes. Outro debate importante, para o nosso partido, diz respeito à pesquisa, produção e comercialização de produtos transgênicos - geneticamente modificados - em SC. Infelizmente, apesar de termos sido um dos primeiros estados a debater esse assunto que hoje é uma preocupação mundial, o Governo vetou os projetos aprovados no passado estabelecendo critérios quanto a esses produtos. No entanto, esta é uma das nossas prioridades e continuaremos a atuar para que a população de SC não seja utilizada como cobaia das grandes multinacionais. Tudo isso, paralelamente a questões de importância nacional, apresentando projetos e levantando discussões sobre um novo modelo de desenvolvimento econômico, baseados inclusive em experiências exitosas do nosso partido como os projetos de Renda Mínima, a Bolsa-Escola e o Banco do Povo.

Deputado Neodi Saretta (PT)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)
 2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)
 1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)
 2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)
 3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)
 4º Secretário: Adelar Francisco Vieira (PFL)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
 Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC
 E-mail: imprensa@ale.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Soraia Boabaid
 Redatores: Marise Ortega, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Fotografia: Jonas Lemos Campos,
 Maria do Carmo Kravchychyn,
 Giancarlo Gianni Bortoluzzi
 Distribuição: Setor de Expedição
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021

PRESIDÊNCIA

Campo Grande sedia reunião do Parlasul

No próximo dia 13 o presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), reconduzido em fevereiro à Presidência do Parlasul (Parlamento do Sul), vai se reunir com os legislativos do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul em Campo Grande.

Em pauta assuntos como a Lei de Responsabilidade Fiscal, o novo salário mínimo e a unificação do calendário escolar entre os estados do sul do país. Neste último tema a discussão contará com palestras dos secretários de Estado da Educação de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, Miriam Schlickmann e Pedro César Kemp, respectivamente.

Para Gilmar o Parlasul traz um grande fortalecimento para os estados envolvidos no tocante às questões nacionais, além de ampliação das fronteiras políticas, econômicas e culturais dos mesmos. "Neste momento em que se discute a necessidade de um pacto federativo e o fim da guerra fiscal que



(foto: Jonas Lemos Campos)

Gilmar Knaesel reconduzido à Presidência do Parlasul

acirra a disputa entre as unidades federativas, o Parlasul propõe a cooperação como caminho para o desenvolvimento".

Um exemplo prático desta teoria foi a moção assinada na reunião do Parlasul

de fevereiro em Florianópolis, na qual os líderes dos legislativos dos estados sulinos deram apoio à inserção do Mato Grosso do Sul no BRDE, pleito que este estado vem tentando concretizar desde 1992.

Governar 2000

Ao participar da abertura do congresso "Governar 2000", em Florianópolis, o Presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), defendeu o poder público local aproveitando para ressaltar a necessidade de mais autonomia para as unidades locais de administração.

O parlamentar falou ainda da mudança de perfil em andamento nas administrações municipais, visando o fim das prefeituras como balcões de favores e do clientelismo.

Recebe delegação do Trento

O presidente recebeu comitiva de representantes do legislativo e do executivo da região de Trento, na Itália. Na oportunidade foi apresentado ao grupo visitante material sobre os setores industrial e comercial de Santa Catarina, bem como sobre as características sócio-econômicas do Estado. A manutenção das relações de intercâmbio e cooperação entre Santa Catarina e a Província do Trento foi reforçada.

Cearenses buscam modelo Acafe

Interessados no modelo de ensino do sistema da Acafe, uma delegação formada por deputados, prefeitos e membros da Secretaria e do Conselho de Educação do Ceará estiveram em Florianópolis e foram recebidos por Knaesel.

O modelo de ensino superior que originou a Acafe e despertou o interesse das autoridades do Ceará é resultado de uma parceria, sendo pioneiro no Brasil e sem similares até agora.

O Estado faz sua parte com a concessão de bolsas, o estudante contribui com a mensalidade e os municípios participam através das fundações municipais de ensino superior.

Embaixador Libanês no Brasil

Demonstrando bastante interesse por informações sobre os descendentes libaneses em Santa Catarina, o embaixador do Líbano, Ishya El-Khoury,

fez visita oficial ao presidente da Assembléia Legislativa.

El-Khoury informou que só no Brasil existem entre cinco e seis milhões de descendentes de libaneses, mais do que a própria população do Líbano, que é de 3,5 milhões de habitantes.

Autoridades Chinesas

Com o objetivo de estreitar o relacionamento político e comercial com o Brasil, uma delegação de autoridades chinesas da Província de Heilongjiang visitou a Assembléia e foi recebida pelo presidente Knaesel.

A comitiva veio ao Estado para convidar autoridades e representantes do meio empresarial para participar, ainda este ano, de uma feira em Heilongjiang, onde a província pretende expor seu potencial econômico e comercial, abrindo assim o caminho para a abertura e movimentação de seu mercado. No ano passado foi instalada na cidade de Pomerode uma montadora de tratores proveniente da província chinesa.

COMISSÕES

Comissões técnicas estão instaladas

As comissões permanentes da Assembléia foram instaladas com uma novidade: a partir da criação das comissões de Turismo e do Mercosul, passou a somar 11 comissões técnicas. Apenas três dos deputados foram mantidos em suas funções de presidentes de comissões: Onofre Agostini (PFL) na de Justiça, João Rosa (PTB) na de Finanças e Tributação e Joares Ponticelli (PPB) na de Educação e Cultura. As comissões ficaram assim constituídas:

Constituição e Justiça

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
Vice-presidente: Neodi Saretta (PT)
Membros: Ivan Ranzolin (PPB), Reno Caramori (PPB), Joares Ponticelli (PPB), Nilson Gonçalves (PFL), Jaime Duarte (PPS), Ronaldo Benedet (PMDB), Herneus de Nadal (PMDB).

Agricultura

Presidente: Moacir Sopelsa (PMDB)
Vice-presidente: Sandro Tarzan (PTB)
Membros: Milton Sander (PPB), Nelson Goetten de Lima (PPB), Clésio Salvaro (PFL), Neodi Saretta (PT), Gelson Sorgato (PMDB)

Saúde e Meio Ambiente

Presidente: Nelson Goetten (PPB)
Membros: Júlio Garcia (PFL), Volnei Morastoni (PT), Altair Guidi (PPB), Jorginho Mello (PSDB), Ivo Konell (PMDB) e Manoel Mota (PMDB).

Transportes

Presidente: Ciro Roza (PFL)
Vice-presidente: Manoel Mota (PMDB)
Membros: Valmir Comin (PPB), Altair Guidi (PPB), Romildo Titon (PMDB), Volnei Morastoni (PT), João Rosa (PTB)).

Trabalho

Presidente: Ideli Salvatti (PT)
Vice-presidente: Reno Caramori (PPB)
Membros: Afonso Spaniol (PT), Onofre Agostini (PFL), Jaime Duarte (PPS), Herneus de Nadal (PMDB).

Turismo

Presidente: Francisco de Assis (PT)
Vice-presidente: Cesar Souza (PFL)
Membros: Ivo Konell (PMDB), Ronaldo Benedet (PMDB), Milton Sander (PPB), Ivan Ranzolin (PPB), Jorginho Melo (PSDB).

Educação

Presidente: Joares Ponticelli (PPB)
Vice-presidente: Ideli Salvatti (PT)
Membros: Altair Guidi (PPB), Cesar Souza (PFL), Rogério Mendonça (PMDB), Narciso Parisotto (PMDB), Sandro Tarzan (PTB).

Mercosul

Presidente: Milton Sander (PPB)
Vice-presidente: Gelson Sorgato (PMDB)
Membros: Ivan Ranzolin (PPB), Valmir Comin (PPB), Lício Mauro da Silveira (PPB), Neodi Saretta (PT), Rogério Mendonça (PMDB), Manoel Mota (PMDB), Antonio Ceron (PFL), Heitor Sché (PFL), João Rosa (PTB), Jaime Duarte (PPS), Jorginho Melo (PSDB).

Fiscalização e Controle

Presidente: Jaime Mantelli (PDT)
Vice-presidente: Valmir Comin (PPB)
Membros: Odete do Nascimento (PPB), Ideli Salvatti (PT), Moacir Sopelsa (PMDB), Clésio Salvaro (PFL).

Finanças e Tributação

Presidente: João Rosa (PTB)
Vice-presidente: Rogério Mendonça (PMDB)
Membros: Valmir Comin (PPB), Reno Caramori (PPB), Nelson Goetten de Lima (PPB), Francisco de Assis (PT), Júlio Garcia (PFL), Antônio Ceron (PFL), Gelson Sorgato (PMDB).

Direitos Humanos

Presidente: Jaime Duarte (PPS)
Vice-presidente: Odete de Jesus (PPB)
Membros: Lício Mauro da Silveira (PPB), Herneus de Nadal (PMDB), Narciso Parisotto (PMDB), Francisco de Assis (PT), Nilson Gonçalves (PFL).

Audiência debate privatização de estradas

A Comissão de Fiscalização e Controle, presidida pelo deputado Jaime Mantelli (PDT), promoveu no último dia 27 audiência pública para debater concessões de rodovias públicas no Estado, envolvendo os sistemas Norte, Brusque e BR-470, todos considerados irregulares pelo Tribunal de Contas no final do ano passado.

O secretário dos Transportes, Leodegar Tiscoski, informou que o primeiro sistema, compreendendo a BR-280 e demais rodovias estaduais, não terá continuidade, sendo que o governo do Estado solicitou ao Ministério dos Transportes a devolução desta rodovia que seria mantida pelos catarinenses com ônus para o DNER. Quanto aos outros sistemas, a decisão cabe agora à Assembléia Legislativa.

A deputada Ideli Salvatti (PT) reiterou que a decisão do governo, encerrando a concessão no sistema Norte, deve valer para os demais, caso contrário algum dos consórcios vencedores pode reclamar à Justiça por tratamento diferenciado. A deputada

frisou que os parlamentares vão decidir sobre a legalidade dos outros dois contratos, cabendo ao governador a abertura de um novo processo licitatório ou o encaminhamento da rodovia aos cuidados do DNER.

Brusque é uma incógnita

Mantelli coordenou nesta segunda-feira, em Brusque, a audiência pública que discutiu a concessão do Sistema Leste, cujo encontro teve a manifestação unânime contrária à cobrança do pedágio. Os municípios que seriam atingidos pela concessão alegam prejuízos na economia com a diminuição da competitividade.

Para o parlamentar o rumo que o processo vai tomar é uma incógnita. "É confortável dizer não ao pedágio. É preciso apresentar alternativas. Uma delas é o governo dizer se vai assumir a obra caso a Assembléia decida pela não cobrança".

Compareceram os deputados Valmir Comin (PPB), Ideli Salvatti (PT), Moacir Sopelsa (PMDB) e Ciro Roza (PFL), prefeitos de Brusque, Botuverá, Guabiruba, Gaspar, Itajaí, Nova Trento, São João Batista, Canelinha e Tijucas, vereadores e lideranças sindicais e comunitárias.

COMISSÕES

Plano de Gerenciamento Costeiro discutido na AL

Autoridades federais, estaduais, municipais e representantes de ONGs ligadas ao meio ambiente discutiram na Assembléia o ante projeto de lei que institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. O governador Esperidião Amin abriu os trabalhos explicando que o projeto é uma imposição constitucional, importante para a costa catarinense no desenvolvimento do turismo. Ressaltou que o seminário é uma parceria entre o Executivo e o Legislativo, “para troca de informações e saneamento dos pontos polêmicos”.

O presidente da Casa, deputado Gilmar Knaesel (PPB), destacou o debate transparente com os principais interessados, antes de ser encaminhado definitivamente para a Assembléia. Já o secretário do Meio Ambiente, João Macagnan, frisou que a proposta de Santa Catarina é mais inovadora do que as já existentes em três estados brasileiros.

Assistência do Estado para agricultura

A Comissão de Agricultura fez indicação ao Governador e ao Secretário da Agricultura, solicitando urgentes medidas para o aumento da participação do governo na assistência ao setor agrícola. Segundo estudos feitos na comissão, a situação do setor é preocupante tendo em vista ser base da economia do Estado e estar atravessando uma das piores crises de sua história.

Os órgãos de assistência técnica do Estado precisam atuar na manutenção dos seus escritórios sediados nos municípios, bem como no desenvolvimento e melhoria do atendimento, destaca o documento, além de adotar ações para desonerar ao máximo os municípios, para que os mesmos possam enfrentar conjuntamente as dificuldades do agricultor e da agricultura.

Para a comissão a medida poderá partir da diminuição ou extinção dos valores destinados em parceria pelos municípios, oriundos de convênios para manutenção e estruturação dos serviços de assistência técnica desenvolvidos pelos órgãos da agricultura do Estado.



(foto: Jonas Lemos Campos)

Seminário debate preservação do ecossistema do litoral catarinense

Fernando Santana, do Conselho Estadual do Meio Ambiente, destacou que a proposição visa preservar o ecossistema, otimizar os recursos financeiros, ordenar o uso e ocupação do solo e do mar, criar instrumentos de gerenciamento costeiro como zoneamento ecológico, sistema de informação, monitoramento ambiental e planos de gerenciamento municipais elaborados pelas prefeituras do litoral.

Frisou necessidade de implantar normas técnicas e legais para o uso e ocupação do solo e do mar durante o zoneamento costeiro a fim de garantir a qualidade ambiental.

A procuradora do Ministério Público Federal em Santa Catarina, Ana Lúcia Hartman, falou sobre a necessidade de se debater a proteção do meio ambiente, sob diversos aspectos, como a criação do Plano de Gerenciamento Costeiro, sem “esquecer os ditames da Constituição Federal e da legislação da União sobre o assunto. Peço especial atenção com a restinga da Mata Atlântica, hoje mais prejudicada que os manguezais”, disse, alertando para a degradação do meio ambiente que tem causado constrangimento ao Estado no plano federal.

AL investiga preços dos combustíveis

Sete deputados integram a Comissão Parlamentar Externa dos Combustíveis, presidida pelo deputado Nelson Goetten (PPB) e tendo como relator o deputado Jaime Mantelli (PDT). A CPE vai investigar indícios de cartelização nos preços dos combustíveis. Um levantamento feito pela comissão demonstra que enquanto o aumento concedido pelo governo em 1º de março foi de 5%, em Santa Catarina os preços foram reajustados entre 7% e 11%, representando uma margem de lucro para os donos de postos que varia de 18% a 20%.

Mantelli disse que a primeira etapa será oficializar entidades federais, Inmetro, as secretarias de Fazenda de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, sindicatos de transporte coletivo, de condutores, de cargas e distribuidoras. Será feito um levantamento dos preços da gasolina,

álcool e óleo diesel nos 293 municípios, com apoio das Câmaras de Vereadores. Goetten afirmou que em Santa Catarina o litro de gasolina varia de R\$ 1,29 a R\$ 1,58, sendo necessário verificar a margem de lucro e o valor do ICMS nos estados vizinhos.

Para Goetten a justificativa dos proprietários de postos de que o Estado não possui refinarias é questionável. “Goiania se abastece dos combustíveis de São Paulo, que fica distante 600 Km e no entanto os postos cobram pela gasolina comum R\$ 1,21. Não há proteção para o consumidor e é por isso que a CPE visa investigar profundamente esse assunto”.

São membros da CPE os deputados Valmir Comin (PPB), Manoel Motta (PMDB), Gelson Sorgatto (PMDB), Francisco de Assis (PT) e Antonio Ceron (PFL).

PLENÁRIO

Região Metropolitana Carbonífera

O deputado Ronaldo Benedet (PMDB) apresentou proposta de alteração da Lei Complementar nº 162, que dispõe sobre a criação de regiões metropolitanas. Propõe a criação da Região Metropolitana Carbonífera Catarinense. "Esse é um desejo há muito acalentado pelos municípios que integram a região sul do nosso Estado. Municípios cujas necessidades, perspectivas de crescimento e dificuldades são idênticas", justifica o parlamentar. Atualmente, três regiões estão em fase de operacionalização: Florianópolis, Vale do Itajaí e Norte/Nordeste.

De acordo com o projeto do líder peemedebista, a nova região também será composta por um núcleo metropolitano e uma área de expansão, a exemplo das demais, com sede em Criciúma.

O núcleo metropolitano integrará, além da sede, os municípios de Itajaí, Forquilha e Cocal do Sul, enquanto a área de extensão será composta por Morro da Fumaça, Siderópolis, Treviso, Nova Veneza, Lauro Müller e Urussanga.

Para o autor, o planejamento unificado das cidades imprimirá uma nova dinâmica político-administrativa à região. "Ele provocará mudanças na aplicação dos recursos públicos, implicando consequentemente na redução de gastos e maior eficiência administrativa".

Aprovadas três Medidas Provisórias

Aprovada pela maioria dos deputados Medida Provisória que altera a lei 9.830, de fevereiro de 95, sobre o tratamento diferenciado e simplificado à microempresa e empresa de pequeno porte no pagamento do ICMS (Simples). Desta forma fica prorrogada por mais 60 dias a vigência da lei, que limita em cinco anos o enquadramento dessas empresas. O governo decidiu prorrogar esse prazo, que acabou no mês de fevereiro, para que os micro e pequenos empresários possam se enquadrar no sistema.

A decisão de editar uma medida provisória foi tomada pelo Executivo por não concordar com as emendas feitas pelos deputados ao projeto original aprovado no final do ano passado e que foram vetadas pelo governador.

Novos deputados na AL

Com a eleição do deputado Luiz Herbst (PMDB) como o novo Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado no início de março, o primeiro suplente do partido João Henrique Blasi assumiu a vaga deixada na tarde da última quinta-feira (30).



Deputado João Henrique Blasi

Em seu discurso lembrou o ex-governador Pedro Ivo Campos, cuja administração foi secretário da Justiça, e citou o deputado federal Edson Andrino como um dos fundadores do PMDB de Florianópolis. Blasi fez questão de ressaltar a indicação de Herbst para o TC, fato que possibilitou sua posse, bem como a postura do presidente Gilmar Knaesel (PPB) na condução do transparente processo de escolha.



(foto Jonas Lemos Campos)

Deputado Antônio Ceron

A outra vaga para o TC foi ocupada ainda em 16 de fevereiro pelo deputado Wilson Wan-Dall (PFL), escolhido no término dos trabalhos ano passado. Com a renúncia de Wan-Dall, o 1º suplente do PFL, deputado Clésio Salvaro, tomou posse efetivamente. Por sua vez o deputado Júlio Garcia, 2º suplente, empossado no final de 99, com a licença do líder do partido, Paulo Bornhausen, permanece no cargo. Já o terceiro suplente, Antônio Ceron, pediu exoneração do cargo de secretário-adjunto do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente para assumir a vaga ainda em aberto. Ceron permanece na Assembléia enquanto durar a licença de Bornhausen, que vai até abril.

Discriminação a idosos

Aprovada moção do deputado Jaime Duarte (PPS) manifestando contrariedade com a ação de alguns lojistas catarinenses ao restringir crédito a clientes com idade superior a 60 anos. O parlamentar classificou o ato de desumano e discriminatório.

"Mesmo tratando-se de casos isolados, atitudes dessa natureza contrariam qualquer princípio de respeito ao ser humano", declarou.

A moção vai ser encaminhada à Procuradoria Geral de Justiça do Estado e à Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina. O parlamentar espera que sejam tomadas medidas educativas e também coercitivas para impedir "tão infeliz prática".

Assembléia aprecia vetos

Dos 87 vetos governamentais opostos a projetos de lei ao final do ano passado, 32 foram apreciados. Os demais serão votados nas sessões da próxima semana, segundo ficou acertado entre as lideranças de bancadas.

Derrubados – Foram rejeitados os vetos ao projeto, que cria a Agência Catarinense de Regulação e Controle (SC/ARCO) e o que autoriza o Poder Executivo a criar a Coordenadoria Regional de Educação do Planalto Sul, com sede em Campos Novos, de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL).

Foram rejeitados vetos referentes à regulamentação da Farra do Boi, do deputado Adelor Vieira (PFL); a que cria o Programa de Frentes Emergenciais de Trabalho no Estado, de autoria do deputado Francisco de Assis (PT); o que normatiza a criação, exposição e competições entre galo-debriga, proposição do deputado Altair Guidi (PPB), e o relativo à operação de ICMS do deputado Onofre Agostini (PFL).

Rejeitados os vetos a dois projetos do Poder Judiciário: criação de cargos de juiz substituto e assessores para assuntos específicos do Tribunal de Justiça, e de

promotores de justiça no Ministério Público.

Mantidos - Ao projeto do deputado Rogério Mendonça (PMDB), que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Instalação de Incubadoras Industriais em Santa Catarina; à isenção do ICMS para produtores e cooperativas rurais; isenção de custos e emolumentos nos processos de inventários, onde o beneficiário possua um único imóvel e perceba até três salários mínimos; inclusão no acervo das bibliotecas públicas exemplar da bíblia sagrada em braile e o que dispõe sobre repasses do Fundo de Reparelhamento do Judiciário para associações de notários e sindicatos dos oficiais de registro civil.

Mantidos vetos aos projetos que concedem gratificação aos funcionários do DEOH, DER e Fatma; que dispõe sobre as condições sanitárias dos reservatórios de água tratada, destinados ao uso público e privado; que isenta de pagamento os serviços prestados pela Fatma nos processos de corte eventual ou aproveitamento de árvores mortas; o que institui o Fundo de Apoio e Renda em Santa Catarina e ao que dispõe sobre reserva de assentos para pessoas obesas em espaços culturais, cinemas e transporte coletivo.

Lei proíbe erva-mate com adição de açúcar

O governador sancionou o projeto de lei, de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), que proíbe a comercialização de erva-mate com adição de açúcar no território catarinense. A lei determinará ainda que toda mercadoria que estiver em desacordo com as disposições da Lei 11.342, de 12 de janeiro de 2000, será recolhida pelo órgão de vigilância sanitária.

De acordo com Onofre, a nova lei “salvaguardará o produto, uma vez que Santa Catarina é o maior produtor de erva-mate do país. Além disso, irá prevenir a população dos riscos do consumo excessivo de açúcar que, “neste caso, pode ocorrer desavisadamente. É prejudicial à saúde, avisa o parlamentar, porque trará problemas sérios aos diabéticos”.

Proposições

Deputado Nelson Goetten (PPB) ao Ministro das Comunicações, solicitando a realização de estudos para a concessão de Rádio FM e Difusão Educativa pleiteada pela Fundação Universidade do Contestado, em Caçador.

Deputado Ivan Ranzolin (PPB) ao Ministro dos Transportes, uma maior fiscalização na BR-282 quanto aos veículos de transporte pesado que utilizam o trecho daquela rodovia de Florianópolis a Lages, que transportam matéria-prima para a indústria cerâmica e que trafegam com excesso de peso.

Deputado Adelor Vieira (PFL) solicita ao Presidente da Casan, melhorias na distribuição de água em Araquari, através da perfuração de poços artesianos e instalação de reservatórios.

Deputado Onofre Agostini (PFL) à direção da TIM Telesc Celular, solicitando a implantação de telefonia celular em Cunha Porã, Papanduva, Tangará, Santa Cecília e Lebon Régis, onde existem inscrições suficientes para a implantação dos serviços.

Deputado Valmir Comin (PPB) à Secretária da Educação, para implantação do curso de ensino médio diurno no Colégio Luiz Tramontin, de Forquilha, ainda no ano 2000.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) pedido de informação ao Governador do Estado, indagando sobre a participação de professores estaduais no chamado Projeto Magister, que tem por objetivo a especialização e a profissionalização dos integrantes do magistério estadual.

Deputado Sandro Tarzan (PTB) para a convocação de sessão especial para o dia 24 de maio próximo, em homenagem à Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), que comemora 50 anos de fundação.

Deputado Clésio Salvaro (PFL) ao Secretário dos Transportes e Obras, para a construção de um trevo alemão na localidade de Vila Nova, após a ponte do Rio dos Porcos, na rodovia SC-444.

Deputado Neodi Saretta (PT) ao Presidente da Telesc solicitando a expansão das linhas telefônicas do Distrito de Uruguai, em Piratuba.

Deputado Francisco de Assis (PT) ao Governador do Estado, para que seja formalizado convênio com a Prefeitura Municipal de Joinville para construção de uma escola de primeiro grau no loteamento Estevão de Matos.

Deputado Nilson Gonçalves (PFL) ao Ministro da Aeronáutica, manifestando apoio ao pleito das lideranças políticas de Joinville, que reivindicam a elevação da categoria do aeroporto daquela cidade de doméstico para Internacional.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) apresentou requerimento para que a Comissão de Transportes da Assembléia Legislativa promova a realização de audiência pública para tratar do consumo de gás por automotivos.

Deputada Ideli Salvatti (PT) à Secretária da Educação pedindo providências para agilizar o projeto de ampliação da Escola Básica Professora Maria Clementina de Souza Lopes, de Palhoça.

Deputado Jaime Mantelli (PDT) ao Governador do Estado, que seja destinada uma nova viatura para o destacamento da Polícia Militar de Coronel Freitas.

ESPECIAL

CPI dos medicamentos reunida na Assembléia

O presidente da CPI dos Medicamentos, deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS), esteve na Assembléia com os integrantes da Comissão de Saúde e representantes de entidades ligadas ao setor, com o objetivo de avaliar o andamento dos trabalhos e colher denúncias a respeito de irregularidades que estariam ocorrendo no Estado, além de ouvir sugestões sobre a questão.

Destacou que a CPI foi instalada em meados de novembro de 1999, para investigar denúncias de aumentos abusivos de preços dos medicamentos, falsificação de remédios, boicote aos chamados genéricos, superfaturamento na importação de matéria-prima, maquiagem dos remédios para justificar aumentos de preços e remessa escamoteada de lucros dos laboratórios para o exterior.

Relatou que a comissão já tomou diversos depoimentos dos representantes



Deputado Nelson Marchezan

dos laboratórios envolvidos, realizou visitas a empresas farmacêuticas e obteve aprovação da quebra do sigilo fiscais de algumas empresas produtoras de remédios. Comprovou ainda que alguns reajustes de medicamentos chegaram a 300%. Conseguiu também

que a Secretaria de Direito Econômico, abrisse processos administrativos contra os 47 maiores laboratórios para apurar o aumento dos preços de remédios, bem como daqueles responsáveis pela tentativa de boicote aos genéricos.

Denúncias e sugestões

O deputado José Carlos Vieira (PFL-SC), suplente da CPI, apresentou denúncia oriunda de Joinville sobre a venda de medicamentos similares de uso constante, que estão sendo vendidos a preços abusivos, enquanto o presidente da Federação dos Hospitais de SC, Tércio Karsten, disse que laboratórios de análises clínicas estariam utilizando kits com data de validade vencida na realização de exames.

Já o presidente do Conselho Regional de Medicina, Edvard Araújo, pediu mais rigor na fiscalização de medicamentos similares, que são mais baratos mas não possuem eficácia no tratamento médico.

Deputados ouvem lesados na “pirâmide financeira” Alpha Club

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, presidida pelo deputado Jaime Duarte (PPS), promoveu nesta quinta-feira a segunda audiência pública com objetivo de obter mais informações a respeito das atividades e atuação em Santa Catarina da empresa Alpha Club. A primeira audiência, realizada dia 30, contou com a presença de representantes do Procon, Ministério Público e do advogado da empresa que está sendo denunciada de praticar estelionato e sonegação fiscal em Blumenau e no sul do Estado através da pirâmide financeira. As vítimas são atraídas para o negócio com a promessa de lucro fácil. Cada uma paga a quantia de R\$ 3,8 mil para tornar-se sócio da organização e deve vender títulos para obter comissões.

O deputado Francisco de Assis (PT) participou de uma dessas reuniões da Alpha Club e afirmou que as pessoas são induzidas não pelo benefício prometido através do cartão de desconto – alegado pela empresa –, mas pela promessa de ganhar muito dinheiro em poucos meses.

Foi relatado aos deputados que há

fortes indícios de que esse seja um negócio ilícito pela forma como as pessoas ingressam nesse clube. O advogado da empresa, Valter Pedrosa, contestou as denúncias, limitando-se a dizer que os sócios não são obrigados a vender títulos.

Estiveram presentes no encontro algumas pessoas lesadas, todas da região do Alto Vale do Itajaí, um representante do Ministério Público, o coordenador do Procon Estadual e do Procon de Blumenau.

As pessoas lesadas informaram que no contrato de adesão existe uma cláusula que no caso de desistência haverá o ressarcimento, porém existem pessoas

que esperam há mais de dois meses a devolução do dinheiro. Preocupados anunciaram que estão recebendo ameaças de processo e até de morte, quando falam em desistência.

O representante do Ministério Público esclareceu que de imediato nada poderia fazer. Já o coordenador do Procon Estadual acredita que o baixo número de denúncias é devido a esperanças das pessoas em reaver o dinheiro aplicado.

Ao final foi acatada a sugestão de Duarte em encaminhar as atas das duas audiências públicas para a CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado da Assembléia, ao Ministério Público, à Polícia Civil e ao Procon.

Agenda

Dia 10, às 14 horas, CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado, depoimentos de Ismael Buono e do policial civil Gustavo Griesang (ambos presos em Joinville)
Local: Plenarinho

Dia 13, às 9 horas, CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado.
Local: Plenarinho